



LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL - LOA 2026

PLANEJAMENTO ORÇAMENTÁRIO

Legislação da Receita

❖ CONSTITUIÇÃO FEDERAL

ARTIGOS:

156, I, II, III, e IV

158, I-B, II, III, IV, § 25, II

159, § 3º.

❖ LEI FEDERAL nº 5.172/66

SISTEMA TRIBUTÁRIO NACIONAL

❖ LEI FEDERAL nº 4.320/64

ESTABELECE NORMAS GERAIS DE DIREITO FINANCEIRO PARA ELABORAÇÃO E CONTROLE DOS ORÇAMENTOS E BALANÇOS.

❖ LEI COMPLEMENTAR nº 101/2000

ESTABELECE NORMAS DE FINANÇAS PÚBLICAS VOLTADAS PARA A RESPONSABILIDADE FISCAL.

❖ PORTARIAS DA SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

ESTABELECEM NORMAS, PROCEDIMENTOS E CRITÉRIOS PARA A GESTÃO DAS FINANÇAS PÚBLICAS, INCLUINDO A CLASSIFICAÇÃO DE RECEITAS

❖ INSTRUÇÕES NORMATIVAS DO TCESP

CLASSIFICAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA - TABELAS DE ESCRITURAÇÃO CONTÁBIL DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

❖ PORTARIAS DO MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO

DEFINEM E ESTABELECEM PROCEDIMENTOS PARA A GESTÃO DAS RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS

❖ NORMAS BRASILEIRAS DE CONTABILIDADE APLICADAS AO SETOR PÚBLICO

ESTABELECEM PROCEDIMENTOS PARA O RECONHECIMENTO, MENSURAÇÃO E DIVULGAÇÃO DAS RECEITAS.

❖ CÓDIGO TRIBUTÁRIO MUNICIPAL

ATRIBUIÇÃO DAS FUNÇÕES DE ARRECADAR OU FISCALIZAR TRIBUTOS.

❖ LEI ORGÂNICA MUNICIPAL

ESTABELECE A OBRIGATORIEDADE DE O MUNICÍPIO IMPOR E ARRECADAR SEUS TRIBUTOS E PREÇOS, E APLICAR SUAS RECEITAS PARA A PROMOÇÃO DO BEM-ESTAR DA SUA POPULAÇÃO E O DESENVOLVIMENTO LOCAL.